

A formação dos indígenas para atuar na ditadura militar

The training of indigenous people to act in the military dictatorship

Daniele Lopes Oliveira¹

Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida²

160

Resumo: O estudo faz uma reflexão a partir de um registro histórico da obra de *Jesco von Puttakamer* antropólogo, que dedicou grande parte da sua vida à produção de um magnífico acervo audiovisual, que mostra a história e o cotidiano dos povos indígenas brasileiros. Imagens que estavam guardadas há anos foram descobertas em 2012, pelo pesquisador *Marcelo Zelic*, que nesta época era vice-presidente do grupo *Tortura Nunca Mais* em São Paulo, capital. Foi encontrada uma lata com uma designação *Arara*, no *Museu do Índio* no Rio de Janeiro, e inicialmente se pensava que era parte do acervo dos índios da etnia arara. Mas tratava-se de um documentário que mostrava a ditadura militar, é a “formação” dos indígenas para atuar como parte da *Guarda Rural Indígena (GRIN)*. O material só ganhou repercussão recentemente ao ser exibido pela *Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)*. *Jesco* registrou um movimento policial indígena criado pela ditadura militar em 1970. A partir desses fatos realizamos nossas reflexões sobre a ditadura e seus reflexos para os indígenas, a partir da recuperação histórica de fatos inconvenientes dos horrores da ditadura militar no Brasil.

Palavras-chave: Indígenas; Ditadura Militar; História; Violência e Horror.

Abstract: The study reflects on a historical record of the work of anthropologist *Jesco von Puttakamer*, who dedicated a large part of his life to the production of a magnificent audiovisual collection, which shows the history and daily life of Brazilian indigenous peoples. Images that had been stored for years were discovered in 2012, by researcher *Marcelo Zelic*, who at that time was vice president of the group *Tortura Nunca Mais* in São Paulo, capital. A can with the name *Arara* was found at the *Museu do Índio* in Rio de Janeiro, and it was initially thought that it was part of the collection of the Indians of the *Arara* ethnic group. But it was a documentary

¹ Pós-Doutorado e Doutora em Educação PUC Goiás. Graduada em Direito e Pedagogia pela PUC Goiás. E-mail: danielolopes_oliveira@outlook.com.

² Professora Adjunta/PUC-GOÍÁS-PPGE/EFPH- Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade; Doutora em História Cultural/UNB. Mestre em Educação/UNICAMP-FE. Pedagoga/UCG (PUCGO). Líder do Diretório CNPq/PROPE/ Grupo de Pesquisa: Educação, História, Memória, Culturas em Diferentes Espaços Sociais/HISTEDBR. Ex-Professora Ajunta da FE/UFG. E-mail: zeneide.cma@gmail.com. ORCID: 0000-0003-2220-9932. <http://lattes.cnpq.br/5736362178244406>.

Recebido em 31/08/2020

Aprovado em 12/11/2020

that showed the military dictatorship, it is the “formation” of the indigenous people to act as part of the Guarda Rural Indígena (GRIN). But the material only recently gained repercussions when it was shown by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). Jesco registered an indigenous police movement created by the military dictatorship in 1970. Based on these facts, we made our reflections on the dictatorship and its reflexes for the indigenous, from the historical recovery of inconvenient facts of the horrors of the military dictatorship in Brazil.

Keywords: Indigenous; Military dictatorship; Story; Violence and Horror.

INTRODUÇÃO

No momento em que as correntes negacionistas da história começam a proliferar se faz imprescindível que busquemos no passado relatos da história que demonstrem os horrores que ocorreram no país na época do militarismo. Para que nós reapropriemos da democracia, precisamos retomar ao que ocorreu no passado, resgatado a história passado, retomando os artefatos da memória, o discurso e as interlocuções de tudo o que aconteceu. O trabalho busca desvelar os elementos de poder historicamente intrínsecos à ação humana.

Citando *Miguel de Cervantes*, em sua obra *Dom Quixote*, a: “história é emula do tempo, repositório dos fatos, testemunha do passado, exemplo do presente, advertência do futuro”.

Apesar das duras memórias, precisamos retomar o momento histórico que marcou negativamente a história do Brasil, que foi a Ditadura Militar. Embora alguns optem pelo esquecimento desse momento cruel. Temos que retomá-lo e rediscuti-lo e apresentá-lo às novas gerações, para que aqueles horrores operados pelo Estado sob o nome de proteção e justiça não voltem a ocorrer novamente.

Os discursos de ódio, e os dizeres que buscam o retorno da Era Militar, são o contexto inequívoco para que retomemos ao que foi o regime militar, trazendo à tona os registros desse período, buscando esclarecer as relações contraditórias de poder que vem ofuscando a liberdade e impedindo a consolidação da democracia.

Em nosso país o descanso com a história e com a preservação do patrimônio cultural, material e imaterial, releva os contornos de um passado, que se deseja apagar e esquecer, com a finalidade de negar a sua perversidade transformá-lo em simples equívoco. Negando os duros embates transcorridos até o processo de democratização do país. Assim o estudo em tela, se propõe a realizar um debate sobre a “formação” dos indígenas para atuar como *Guarda Rural*

Indígena (GRIN) e como isso foi um elemento de violência contra o índio na sua forma de identidade, pensamento e atuação.

1. QUEM FOI JESCO VON PUTTKAMER

Para recompor a história de *Jesco von Puttkamer*, visitamos os registros da sua obra junto ao *Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás* (PUC GOIÁS, 2018), *Jesco von Puttkamer* é considerado um dos percursores nos estudos antropológicos que trabalham com o audiovisual no Brasil, é deixou um legado com uma vastíssima obra sobre os índios. Deixou uma contribuição inestimável. *Wolfgang Jesco von Puttkamer*, nasceu em 1919, em Niterói no Rio de Janeiro. Ele era filho de uma brasileira com um barão alemão. E realizou parte de seus estudos na Suíça, depois de realizar os estudos primários em 1934 retornou ao Brasil, mas especificamente para São João Del Rei em Minas Gerais, onde licenciou-se em ciências naturais. Anos depois retornou com a família para a Alemanha, a fim de reivindicar uma herança. E, em 1942 ano em que o país participou da Segunda Guerra Mundial, ele e seu irmão foram presos pela *Gestapo* quando concluía sua tese de doutorado em Química pela *Universidade de Breslau (Alemanha)*, por terem se recusado em se alistar no exército alemão durante a Segunda Guerra (1939-1945). Ele e seu irmão foram levados para um campo de concentração em que permaneceram por mais de dois anos, no entanto, seu irmão nunca mais foi encontrado. *Jesco* só conseguiu sua liberdade, quando provou que era cidadão brasileiro nato. Assim com o fim da Segunda Guerra Mundial, *Jesco*, foi trabalhar na Bavária como fotógrafo oficial do governo, documentando os campos de concentração e o *Tribunal Militar Internacional de Nuremberg* (1945-1946), que julgou nazistas por crimes de guerra. Em 1947 ele retornou com sua família ao Brasil. Já de volta ao Brasil, ele foi um dos fotógrafos oficiais que atuaram registrando a construção de Brasília – DF entre os anos de 1956 a 1960. Em 1948 em Goiás participou dos projetos *Marcha para o Oeste e Operação Bananal*. E participou de diversas expedições pelo interior do Brasil, ao lado dos indigenistas, entre eles os irmãos *Vilas-Boas*, que tinham por objetivo estabelecer o contato com os povos indígenas. *Jesco* tomou parte em expedições como a do *Xingu*, que durou cerca de oito anos e lhe rendeu diversos filmes e contratos com a *BBC de Londres e National Geographic*, bem como inúmeras publicações internacionais (IGPA, 2018).

Entre os idos de 1960, *Jesco*, como integrante de um grupo expedicionário, teve acesso as tribos isoladas do Brasil Central. E nunca mais largou os índios, que se transformaram em

sua paixão. Em um documentário sobre *Jesco*, o sertanista *Apoena Meirelles* afirmou: “*Jesco* nunca se promoveu, nunca enriqueceu, permaneceu no anonimato, mas seu trabalho possibilitou que se denunciasse e se documentasse muita coisa errada da política indigenista” (JORNAL DO BRASIL, 1969).

No documentário “*Bubula, o cara vermelha*” (1999), fica evidente o seu entusiasmo por povos intocados e isolados. E isso fez com que *Jesco*, viesse a participar de muitos outros projetos com os índios: *Txukahamãe*, *Txicão*, *Suruí*, *Cinta-Larga*, *Marúbu*, *Kámpa*, *Kaxináwa*, *Waimiri-Atroarí*, *Yanomami*, *Hixkaryana*, *Uru-eu-wau-wau*, entre outros. *Jesco* deixou um legado inigualável, tanto em quantidade como em quantidade, mais de dez mil páginas de anotações em seus diários. Cerca de duzentas mil fotografias. Além de uma infinidade de filmes. (IGPA, 2018).

Em 2000, com o apoio da *Fundação Assis Chateaubriand*, foi lançado em Brasília sob o olhar de *Jesco*, centenas de fotos que mostram desde o espaço geográfico, os criadores e construtores da cidade de Brasília até sua inauguração.

Algum tempo após o falecimento de *Jesco*, a editora da *Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás*, publicou dois livros do acervo de *Jesco*. A Universidade possuiu um vasto acervo fotográfico de *Jesco von Puttkamer* preservado pelo *Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia IGPA* da PUC Goiás, que possuiu como referência os índios da etnia Caiapó (MATOS e SILVA, 2005).

2. MOVIMENTO POLICIAL INDÍGENA GRIN CRIADO PELA DITADURA EM 1970

Em 2012, como que por acidente foi descoberto, no *Museu do índio* no Rio de Janeiro pelo pesquisador *Marcelo Zelic*; que na época era vice-presidente do *Grupo Tortura Nunca Mais*, com atuação na capital em São Paulo; uma lata de filme de *Jesco von Puttkamer*, chamado *Arara*. No início se pensava que era um filme sobre a etnia *arara*. Mas o filme mostrava a atuação controversa do movimento policial indígena do Grin, criado pela ditadura militar nos anos de 1978, com o nome de *Guarda Rural Indígena*. O filme era sobre o *pau de arara*, instrumento de tortura. Os povos indígenas eram “ensinados” a torturar os oponentes ao regime militar vigente sob o argumento de “proteção” do território nacional.

A pesquisadora *Elena Guimarães* (2015), relatou que no ano de 2012, havia ingressado recentemente na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e estava localizada no *Núcleo de*

Biblioteca e Arquivo do Museu do Índio. Quando começou a atender solicitações de estudiosos e pesquisadores, que tinham interesse nos documentos que foram produzidos durante o período militar, especialmente os relacionados aos temas de massacres e genocídios. Foi nesse ano que recebeu o pesquisador *Marcelo Zelic*, que vinha em busca de documentos dessa época e por obra do destino, “descobriu”, a lata com o filme “*Arara*”, que até então era desconhecido por todos.

Em uma de suas primeiras visitas, assistindo a um dos filmes do acervo *Arara*, de *Jesco Von Puttkamer*, ele se surpreende com seu conteúdo, por mostrar cenas de índios marchando em uma “formatura da Guarda Rural Indígena”. Na sequência, os índios uniformizados demonstram manobras de imobilização de judô e caminham com um indivíduo preso em um pau de arara. A partir deste filme foi realizada uma matéria de página dupla no *Jornal Folha de São Paulo* falando das técnicas de tortura ensinadas à *Guarda Rural Indígena*, denunciando a relação abusiva do estado na ditadura militar com os índios (GUIMARÃES, 2015).

O filme provocou um choque, ao mostrar como o Estado atuou com poder, força e arbitrariedade. Agindo de forma absurda no genocídio de populações indígenas. Pois ao ensinar os índios a torturar e equipá-los com armamentos, o Estado promoveu a guerra entre etnias rivais. O que culminou na perseguição, no extermínio e em crimes bárbaros. Fazendo com que alguns grupos se beneficiassem das mortes, espoliação de terras e do esgotamento dos povos indígenas.

Imagem 01 - Pau de Arara



Fonte: A foto faz parte do documentário de *Jesco von Puttkamer* (1919-1994). Museu do Índio, 2012.

O filme de *Jesco, Arara*, registra quando um homem é carregado por dois índios em um pau-de-arara, instrumento utilizado para tortura. A cena foi gravada durante uma parada militar, nos anos de 1970, em Belo Horizonte em Minas Gerais. O registro das ações da *Guarda Rural Indígena*, rendeu cerca de 43 (quarenta e três) mil slides, 2.800 (duas mil e oitocentas), páginas, do diário de campo, narradas por Jesco, e cerca de 330 (trezentos e trinta) quilômetros de filmes na bitola 16 (dezesesseis) mm. Uma dessas gravações, mostra a “formatura”, da primeira turma de “alunos” da Guarda Rural (GRIN), em Belo Horizonte, Minas Gerais. Todas as imagens obtidas até o momento foram encontradas no *Museu do Índio*, no Rio de Janeiro, em um *Digital Versatile Disc*, (DVD em português, DISCO DIGITAL VERSÁTIL), com o título “Arara”, fruto da digitalização de 20 (vinte) rolos de filme 16 (dezesesseis) mm, sem áudio. O título da etiqueta, levava a crer que o material, era sobre a etnia arara, de índios conhecidos, que habitavam as cercanias de Altamira, no Estado do Pará, desde 1850. Mas ao contrário do que se pensava, em vez do “*povo das araras vermelhas*”, como eram denominados essa etnia com seus 361 (trezentos e sessenta e um) remanescentes, de acordo com os dados de 2012, se tratava de outra “Arara”, o que inicialmente dificultou o conhecimento sobre o teor dos arquivos. Infelizmente era uma menção ao instrumento de tortura, uma autêntica contribuição ao suplicio humano.

Como explicado ao longo do texto a “unidade de segurança”, foi uma estratégia do regime militar para dar continuidade aos planos de expansão militar, para o interior da floresta amazônica e do pantanal mato-grossense. Já nesta época havia muitas denúncias de genocídio praticado por militares, ou em nome deles. Na ocasião, 84 (oitenta e quatro), índios originados dos povos *xerente, maxacalo, arajá, krahô e gaviões*, aparecem, no documentário feito por *Jesco*, “desfilando em uma parada militar. É curioso que este fato não tenha sido noticiado pela imprensa da época: “soldados indígenas, visivelmente desconfortáveis com os uniformes, carregando um homem pendurado em um pau de arara. A cena ocorre diante de milhares de pessoas” (GUIMARÃES, 2015).

Imagem 02 – Formatura Grin



Fonte: Cena do documentário “Arara”, de *Jesco von Puttmaker*, mostrando a formatura da 1ª turma da *Guarda Rural Indígena*, em 1970

No ano de 1969, foi criada a *Guarda Rural Indígena* pela Portaria 231 da FUNAI, em 25 de dezembro de 1969, a missão seria de “executar o policiamento ostensivo das áreas reservadas aos silvícolas” (JORNAL DO BRASIL, 1969).

Na ditadura militar (1964-1985), o pau-de-arara, só parecia sob a forma de denúncia, estampando jornais alternativos, que circulavam a margem da imprensa oficial. Bem como em filmes e documentários clandestinos realizado por opositores. Todas as formas de denúncia e registros foram “apagadas” nos porões dos órgãos de governo. Mesmo com o terror do regime, a tortura até então não tinha recebido um tratamento tão alegre e festivo, quanto naqueles 26 (vinte seis) minutos e 55 (cinquenta e cinco) segundos, que exibem o pau-de-arara, de forma orgulhosa, à luz do dia, em ato oficial e sob os aplausos das autoridades e de uma multidão no dia 23 de novembro de 1969. A ingenuidade do indígena foi explorada no seu ponto máximo, os fotógrafos e cinegrafistas que participaram do evento, se assustaram com a imprudência dos fatos e os jornais e revistas da época, não quiseram registrar ou publicar a notícia. Mas a denúncia de *Jesco* passou despercebida pelos órgãos oficiais camufladas sob o título inocente de *Arara*. Tanto as aulas de tortura, como a formatura, que foi ao ponto magistral dessa jornada de preparação para o mal. O documentário mostra os índios em sala de aula, contanto o que aprendiam: “princípios de ordem unida, marcha e desfile, instruções gerais, continência e apresentação, educação moral e cívica, educação física, equitação, lutas de defesa e ataque,

patrulhamento, abordagem, condução e guarda de presos” (JORNAL DO BRASIL, 1969; 1971).

No ano de 1969, em 12 de dezembro, a coluna política do Jornal do Brasil – JB, fazia uma crítica velada, a política GRIN, na figura do indígena:

O presidente da *Fundação Nacional do Índio* (FUNAI), Queirós Campos, dizia que a Guarda Indígena “vai de vento em popa”. Só há um problema, o do uniforme. Começa que não há jeito de fazer com que os futuros guardas usem botina ou qualquer tipo de sapato, “[...] machuca-lhes os pés”. O quepe já perdeu toda a tradicional seriedade porque é logo enfeitado com uma pena atravessada. Finalmente, a fivela e os botões não param no lugar certo, pois, como tudo o que brilha, são invariavelmente colocados na testa e nas orelhas.” Na formatura, porém, botas, fivelas e botões tinham, tudo no lugar e sem penachos ”o filme mostra o capitão Pinheiro se desdobrando para ajeitar os cintos dos soldados. A ressalva foram os cabelos: não houve quem convencesse os *krahô* a aparar as melenas que lhes desciam até os ombros. E assim eles desfilarão (JORNAL DO BRASIL, 1969).

O ministro *Cavalcanti*, discursou em nome do então presidente, *Emílio Garrastazu Médici*:

Nada até hoje me orgulhou tanto quanto apadrinhar a formatura [...] da Guarda Indígena, pois estou certo de que os ensinamentos recebidos por eles, neste período de treinamento intensivo, servirão de exemplo para todos os países do mundo. No dia seguinte, “os índios líderes, hígidos, sadios, fortes e inteligentes”, segundo *Cavalcanti*, embarcaram rumo a suas respectivas aldeias. Decolaram fardados, armados e com soldo mensal de 250 (duzentos e cinquenta) cruzeiros novos (pouco mais de R\$ 1.000, em valor atualizado) (JORNAL DO BRASIL, 1969).

Esse é um dos fatos, da história que foram apagados dos registros, os índios que recebiam treinamento militar, custeado pelo Estado, formando milícias, responsáveis pelo policiamento nos estados de Goiás, Mato Grosso, Maranhão e Minas Gerais e que reprimiam e torturavam os próprios índios.

O site *Diário Cento do Mundo* (<https://www.diariodocentrodomundo.com.br>, 2014), reproduziu uma matéria publicada pelo Jornal de oposição *Última Instância* sobre as GRINs.

O Reformatório Agrícola Indígena *Krenak* e *Fazenda Guarani*, dois centros de detenção de índios criados nas décadas de 1960 e 1970, representam apenas um dos aspectos do modelo de vigiar e punir imposto às aldeias nos anos de chumbo da ditadura. Nessa mesma época, a Ajudância Minas-Bahia da FUNAI também iniciou o treinamento das Guardas Rurais Indígenas GRINs, em parceria com a Polícia Militar mineira. Elas eram, basicamente, milícias armadas com revólveres e cassetetes, integradas exclusivamente por índios, e responsáveis por ações de policiamento nas áreas indígenas. A criação das Guardas foi amparada por uma portaria da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de setembro de 1969, e cabiam aos policiais indígenas

prerrogativas como impedir invasões de terras, o ingresso de pessoas não autorizadas e a exploração criminosa dos recursos naturais nas áreas indígenas. Além disso, as Guardas também eram responsáveis por “manter a ordem interna”, coibir o uso de bebidas alcoólicas, “salvo nos hotéis destinados aos turistas”, e evitar que os índios abandonassem suas áreas para “praticar assaltos e pilhagens nas povoações e propriedades rurais próximas” (JORNAL DO BRASIL, 1969; 1971).

Quatro meses depois da formatura da primeira turma GRIN, uma matéria do Jornal de São Paulo, relatou histórias escabrosas sobre espancamentos e arbitrariedades cometidas pelo índios-soldados, que viviam na região da Ilha do Bananal, habitada pelos Karajás. Entre as histórias, a de um caboclo:

...residente nas proximidades, acusado de vender bebida aos índios. Ele teria sido obrigado, em retaliação, a praticar orgias sexuais dentro da aldeia. A Guarda também teria tentado instituir no local uma casa de prostituição, com índias treinadas por uma companheira que exercia o ofício em uma fazenda. Dois dias depois, em uma nova reportagem do Estadão, os policiais responsáveis pelo treinamento da milícia atribuíram tais denúncias a uma campanha de desmoralização contra as GRINs (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 1968).

A Ditadura Militar, ao enxertar, de forma impensada uma “autoridade” nas aldeias, completamente estranha as tradições indígenas, criou a figura dos mentores nas Guardas Indígenas, e essa aberração ascendeu um barril de pólvora, gerando sérios conflitos entre etnias rivais, entre caciques e conselhos tribais bem como histórias de estupros, bebedices e violência à comunidade indígena e não indígena. A experiência demonstrou ser totalmente desastrosa, pois subverteu toda a ordem social do grupo.

Em 2002, em depoimento a Revista Eletrônica da FUNAI, o então chefe substituto do Departamento de Assuntos Fundiários, *Alceu Cátia Mariz*, esclareceu sobre os GRIN's, que a escolha dos índios-soldados, eram, para ele:

“Elementos que eram escolhidos por critérios que nada tinham a ver com os critérios da organização social do grupo e já não respeitavam ninguém, não respeitavam os líderes”. Ele mesmo se tornava um líder, imbuído de autoridade. Evidentemente, isso levou a uma violência interna crescente.” Além disso, guardas de uma etnia eram colocados para vigiar outras tribos, acirrando conflitos étnicos históricos”, foi o que ocorreu com os *Avá-Canoeiros*, policiados por *Karajás*. “Chegou-se ao dislante de criar as vilas GRINs nas reservas, com luz e água encanada”, completa, João Geraldo Itatuitim Ruas, também ex-funcionário da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), descrevendo a segregação que se formava. “Naquela época, um GRIN ganhava 400 (quatrocentos) cruzeiros e a professora recebia 80 (oitenta)” (REVISTA ELETRÔNICA DA FUNAI, 2002).

Mesmo com as negativas públicas sobre as arbitrariedades cometidas pelos índios-soldados, na execução do ofício, a Ajudância de Minas e Bahia, esclareceram que as atitudes deles eram

inaceitáveis. E ficou registrado as diversas situações em que a guarda indígena e seus índios-soldados foram encaminhados para períodos chamados de “reenquadramento disciplinar”, no *Reformatório Krenak* (JORNAL DO BRASIL, 1977; 1972).

Casos como o do GRIN *maxacali* que, em maio de 1971, foi acusado de forçar relações sexuais com uma índia casada, em avançado estado de gravidez, por meio de ameaças de prender seu marido. “Mediante tal ameaça, a índia acabou por aceitar e praticar a consumação do ato”, descreve o relatório assinado pelo chefe de posto local. Como penalização pelo estupro, o então chefe da Ajudância Minas Bahia, *Capitão Manoel dos Santos Pinheiro*, determinou a permanência do guarda por trinta dias no Reformatório *Krenak* dez deles preso e, no restante do tempo, prestando serviços de vigilância. Ele continuou entre os quadros da *Guarda Indígena*. Por mais estranho que pareça, alguns dos membros das GRINs foram recrutados diretamente entre os ex-internos do reformatório mais precisamente, entre aqueles que eram considerados leais, trabalhadores e disciplinados. Para esses índios, sugerem ofícios da FUNAI, o desejo de se tornar policial remete a tal função ser vista como uma porta de saída para o confinamento) “O elemento está se recuperando dia a dia, tem trabalhado muito bem em todos os serviços braçais. Está ansioso para ser colocado na Guarda Rural Indígena”, escreve o chefe do Posto sobre um índio *Fulni-ô* lá chegado há 14 (catorze) meses, sob acusação de vadiagem e uso de drogas. “Eu gostava de ser policial, só que os índios não gostavam” (REVISTA ELETRÔNICA DA FUNAI, 2002).

Já no fim dos anos de 1970, a estrutura das GRINs, foi sendo minada, primeiramente pela total ineficácia do programa. Segundo pelos problemas criados pelos índios-soldados. E os recursos que sustentavam o programa foram minando até acabar com a instituição, sendo que alguns dos membros foram incorporados ao corpo de servidores regulares da própria FUNAI. Infelizmente a guarda deixou marcas nas comunidades indígenas, pois muitos ficaram confusos sobre sua identidade e papel na sociedade, e depois de usados foram abandonados. Muitos não se recuperaram, e não conseguiam mais estabelecer relações com seus grupos. Na atualidade a opinião dos indígenas ex-integrantes da Guarda é dúbia. Alguns a consideram como negativa, “Muitas brigas internas”, “Muita violência” e outros como positiva, “estavam prestando um serviço ao país”, ajudando a “proteger o Brasil” (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2018).

“Eu gostava de ser policial, pois recebia as roupas e todos os materiais. Só que os índios não gostavam. Polícia não é cultura do índio, é do pessoal branco”, comenta o ex-GRIN *Totó Maxacali*, em sua casa na Aldeia Verde, município de Ladainha (MINAS GERAIS), onde hoje ele vive, com dezenas de famílias da etnia. Por incrível que pareça, para falar com ele preciso recorrer a um *maxacali* mais jovem, que faz às vezes de intérprete. Apesar dos meses de treinamento militar, e de ter jurado à bandeira em Belo Horizonte, *Totó* ainda mal consegue, 40 (quarenta) anos depois, se comunicar em português (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2018).

“Imagina só a violência que foi pegar esse pessoal e levá-los para serem treinados como polícia repressiva? ”, diz *Geralda Chaves Soares*, pesquisadora da história indígena em Minas Gerais. Ela viveu com os *maxacalis* na década de 1980, quando era integrante do CIMI (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2018).

A história da Guarda Indígena, ainda hoje é pouco estudada é até o momento existem poucos artigos e trabalhos científicos sobre o assunto. Mas é preciso resgatar esse período histórico macabro e refletir sobre o total desrespeito aos indígenas que recrutados pelo Estado recebiam uma “formação”, contraditória, que questionava até hábitos e costumes dos indígenas sobre pretexto, da higiene. Além de arma-los e instrui-los sobre tortura e artes marciais. E como isso foi de uma violência na cultura e forma de pensar e agir do povo indígena, sob o pretexto de proteção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A época narrada registrou casos brutais que desrespeitaram os direitos humanos marcando a história com as maiores atrocidades contra os povos indígenas.

Período marcado por tortura, crimes, miséria e tantas outras ações bárbaras. Os povos indígenas foram um dos grupos sociais, mais desrespeitados, uma vez que seus direitos foram violados. Crimes bárbaros foram praticados em todas as décadas em questão, por ação, conivência, corrupção e omissão do Estado, que deveria protegê-los, sendo muitos casos apontados para estudo. Os Militares no poder utilizavam o discurso para justificar suas ações. Que o objetivo era impedir o avanço do comunismo e neutralizar a esquerda, com a finalidade de “limpar” o país da corrupção. No entanto, os registros dessa época demonstram a dominação perseguição, tortura e sujeição dos indígenas evidenciando a intenção dos militares, que não era de “salvar o país” do comunismo. Rebatendo a falácia da legitimidade de suas ações. Muitos fazendeiros se aproveitavam também dessa situação atacando os índios como “desordeiros”, “vagabundo” entre outras ofensas, mas seus objetivos era explorar esta situação para tomar suas terras e dizimar os povos indígenas sob este pretexto.

É inegável que em uma história recente a ditadura militar também deixou algumas marcas na tão sofrida história indígena. E neste momento temos que relembrar essa fase amarga para não incorreremos novamente nos mesmos erros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Relatos da Ditadura Militar. Disponível em: <https://cimi.org.br/> Acessado em: 10 de março de 2018.

DCM. **Diário do Centro do Mundo** Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br>. 2014. Acessado em: 10 de março de 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO: **No SPI, poucos não cometiam crimes**. pag. 14, 2º caderno. São Paulo, 20 abr. 1968. Disponível em: <http://folhadesaopaulo/pa/para/noticia/2014/05/ditadura.htm> . Acesso em: 20 jun. 2019.

GLOBO: **Após transferir demarcações para Agricultura**, Bolsonaro diz que vai 'integrar' índios e quilombolas. Brasília, 02 jan. 2019. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/05/indios-do-pa-foram-prisioneiros-de-guerra-durante-ditadura.htm>. Acesso em: 30 abr. 2019.

GUIMARÃES, Elena. **Relatório Figueiredo**: entre tempos, narrativas e memórias. Rio de Janeiro, 2015.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍGENO. FUNAI. Guarda Rural Indígena GRIN. Disponível em: <https://www.ecoamazonia.org.br/2012/11/funai-guarda-rural-indigena/> Acesso em: 30 abr. 2019.

INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA – IGPA da PUC Goiás. Acervo fotográfico de Jesco von Puttkamer, 2018.

JORNAL DO BRASIL. **Rio de Janeiro ano de 1969**. Edição 0044. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=setenta+porcento. Acessado em: 10 de março de 2018.

JORNAL DO BRASIL. **Aldeias xerentes declaram guerra para retomar as terras dos índios**. Rio de Janeiro. Edição 00130, 07 set. 1971. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=setenta+porcento. Acesso em: 29 maio 2019.

JORNAL DO BRASIL. **General sugere vinculação da Funai ao Exército e a militarização dos indígenas**. Rio de Janeiro. Edição 00157, 26 out. 1977. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=setenta+porcento. Acesso em: 29 jun. 2019.

JORNAL DO BRASIL. **Índios delinquentes têm colônia em Minas para recuperá-los**. Rio de Janeiro. Edição 00129, 27 ago. 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=setenta+porcento. Acesso em: 29 jun. 2019.

MATTOS Izabel Missagia de. SILVA Rosângela Barbosa. Xingu Sob o Olhar de Jesco Von Puttkamer. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Londrina, 2005.

O GLOBO. **Prisioneiros de Guerra Durante a Ditadura Militar**. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/05/indios-do-pa-foram-prisioneiros-de-guerra-durante-ditadura.html> Acessado em: 10 de março de 2018.

OLIVEIRA, Aline Nóbrega de. **Civilização ou Barbárie? A Política Estatal de Extermínio Indígena no Relatório Figueiredo (1967-1968)**. **Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura em História**. UNB, 2019.

PASSOS, Najla. Entidades de direitos humanos investigam genocídio indígena na ditadura. **Carta Maior**. 13 ago. 2013. Disponível em: [Direitos-Humanos/Entidades-de-direitos-humanos-investigam-genocidio-indigena-ditadura%25D%250A/5/25650](https://www.direitos-humanos.org.br/entidades-de-direitos-humanos-investigam-genocidio-indigena-ditadura%25D%250A/5/25650). Acesso em: 25 maio 2019.

PUTTKAMER, W. Jesco von. Brazil protects her Cinta Largas. **National Geographic Magazine**, Washington: s.ed., v. 140, n. 3, p. 420-40, 1971.

RICARDO, Fany (Org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. Instituto socioambiental, 2004.